



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

GDF veta projeto que ampliaria iluminação e segurança em paradas e passarelas

Proposta construída com apoio técnico da CEB Ipes buscava proteger pedestres e reduzir vulnerabilidades, mas foi rejeitada sob alegações de inconstitucionalidade formal

O Governo do Distrito Federal vetou integralmente o Projeto de Lei nº 1.477/2024, de autoria do deputado distrital Max Maciel (PSol), que estabelecia diretrizes para a instalação de iluminação pública em abrigos e paradas de ônibus, estações de metrô e terminais rodoviários, passarelas, passagens subterrâneas e faixas de pedestres em todo o DF.

A proposta, elaborada em parceria com a CEB Ipes e com apoio da Comissão de Transportes e Mobilidade Urbana (CTMU) da Câmara Legislativa do DF, tinha como objetivo reduzir riscos de violência e ampliar a segurança de quem circula a pé - especialmente mulheres que utilizam o transporte público à noite.

O artigo 1º do projeto previa que “é direito do pedestre a iluminação adequada em equipamentos de transporte público [...] no Distrito Federal”. O texto define “iluminação pública específica” como aquela instalada diretamente no equipamento público, distinta da iluminação das vias, com o objetivo de proporcionar proteção e segurança ao pedestre.

O projeto de lei havia sido aprovado em Plenário com o voto favorável de 13 deputados distritais e nenhum voto contrário, na sessão do último dia 23 de setembro da Câmara Legislativa do DF.

Diante do veto, Max Maciel anunciou que solicitará à Câmara Legislativa a derru-

bada da decisão do Executivo. “Essa é uma medida simples e eficaz, que poderia salvar vidas e prevenir violências. O governo sabe da necessidade e ainda assim vetou o projeto, provando uma desconexão com a realidade da população”, concluiu.

Razões para o veto

Segundo o Executivo, o veto se fundamenta em três principais argumentos jurídicos: ausência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro; vício de iniciativa por interferência na organização administrativa do governo; e invasão de competência legislativa da União ao tratar de energia elétrica e segurança viária.



Pedestres reclamam da falta de iluminação em passarela na EPIA

A governadora em exercício, Celina Leão, alegou que o projeto impõe obrigações diretas ao Poder Executivo e às concessionárias de energia, sem apresentar estimativa de custos, o que violaria decisões do Supremo Tribunal Federal (como a ADI nº 6074).

Além disso, o texto definiria padrões técnicos e diretrizes administrativas, o que seria prerrogativa exclusiva do Executivo, conforme a Lei Orgânica do DF. Por fim, o veto sustenta que a regulação da iluminação pública e do trânsito é competência privativa da União, o que tornaria o projeto inconstitucional.

Contra-argumentos e justificativas

O deputado Max Maciel, autor da proposta, rebateu os argumentos do veto. Segundo ele, o projeto não criaria despesas no-

vas, mas apenas orienta o planejamento urbano com base em obrigações já previstas nos contratos de iluminação pública. “Não há justificativa que se sustente quando falamos da segurança dos pedestres. Vetar uma proposta que protege vidas é se colocar contra a realidade da população”, afirmou.

Na justificativa do projeto, o distrital destaca que “ambientes escuros são propícios para a prática de crimes, e a presença de luz reduz significativamente a vulnerabilidade dos pedestres, especialmente à noite”. A proposta também aponta que a iluminação adequada contribui para a segurança física, reduzindo o risco de acidentes e promovendo acessibilidade para pessoas com deficiência, idosos e crianças.

Durante uma ação de fiscalização da Comissão de Transportes da Câmara Legislativa à

Estrada Parque Taguatinga (EPTG), constatou-se que nenhuma das passarelas possuía iluminação específica, dependendo exclusivamente da luz fornecida pelos postes voltados para a rodovia. Essa iluminação, voltada ao tráfego de veículos, gera áreas de sombra que impõem risco de acidentes e crimes.

O projeto também propunha que “o planejamento de construção de abrigo e parada de ônibus, de passarela e de passagem subterrânea deve contemplar projeto luminoso-técnico apropriado” (Art. 5º), e que a concessão de publicidade nesses locais deve prever a iluminação como contrapartida (Art. 6º).

O parlamentar do PSol também destacou que a Câmara Legislativa já aprovou leis semelhantes, voltadas à acessibilidade e sinalização, sem questionamentos sobre vício de iniciativa. Para ele, o PL 1.477/2024 trata de diretrizes gerais de interesse público, dentro da competência legislativa suplementar do DF, sem interferir na regulação técnica da ANEEL ou no Código de Trânsito Brasileiro.

GDF inicia ‘guerra de dados’ de sua atuação na saúde

A exatos um ano das eleições, o Governo do Distrito Federal começou a divulgar estatísticas dos serviços que tem prestado à saúde pública no Distrito Federal. Esta semana, a Agência Brasília, site oficial de notícias do GDF, trouxe três reportagens especiais, recheados de dados e estatísticas, para demonstrar o trabalho que vem sendo feito pelos gestores públicos.

Segundo uma pesquisa recente do ObservaDF, coordenada pela Universidade de Brasília (UnB) e realizada entre abril e junho deste ano, com moradores de 29 regiões administrativas, pelo menos 49,2%

dos entrevistados apontaram a saúde como o principal problema enfrentado no DF. A insatisfação cresceu em relação a levantamentos anteriores, indicando uma piora na percepção popular sobre o setor.

Os potenciais adversários de Ibaneis Rocha (MDB) e de Celina Leão (PP) em 2026, como Ricardo Capelli (PSB) e José Roberto Arruda (sem partido), estão focando suas críticas na saúde pública. “Se for eleito, no dia seguinte prendo todo mundo por desvio de recursos públicos”, afirma Capelli. “A saúde pública é um caso de polícia”, tem dito Arruda.

Abaixo, seguem dois desses dados da campanha do GDF:

Hospitais do Gama e de Santa Maria atendem mais gestantes goianas do que brasilienses e se consolidam como referência em atendimento especializado e humanizado

A maternidade do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), hospital administrado pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IgesDF), é referência em gestações de alto risco e dispõe de estrutura moderna: 12 leitos PPP (pré-parto, parto e pós-parto), leitos exclusivos para estabilização materna e recuperação pós-anestésica, três salas cirúrgicas e até um espaço terapêutico voltado ao bem-estar das famílias. Uma equipe multiprofissional — que inclui enfermeiras obstetras, médicas, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogas, assistentes sociais e outros profissionais — garante cuidado integral às gestantes.

“O Hospital Regional de Santa Maria é exemplo de como uma gestão eficiente pode transformar realidades. Hoje, conseguimos acolher gestantes de alto risco com qualidade, segurança e humanidade. Cada parto realizado aqui representa não só um nascimento, mas também a confiança de famílias inteiras no trabalho desenvolvido pelo IgesDF e pelo Governo do Distrito Federal”, ressalta o presidente do instituto, Cleber Monteiro.

A força desse acolhimento se reflete nos números. Entre janeiro e agosto de 2025, as maternidades públicas do DF registraram mais de 21,6 mil partos. Os hospitais regionais do Gama (HRG) e de Santa Maria (HRSM) juntos registraram 5.098 partos, dos quais 3.240, o que equivale a 63,5%, foram de mães residentes em cidades do Entorno goiano. Os dados constam do Painel InfoSaúde, da Secretaria de Saúde (SES-DF).



Dados sobre o centro cirúrgico do Hospital de Base



Dados sobre os partos no HRSM e do Hospital do Gama

No HRG, foram 2.555 partos até agosto, 1.842 de mulheres do Entorno (72,1%), e 713 de brasilienses. Já no HRSM, o total de partos é de 2.543, sendo 1.398 pacientes vindas de municípios vizinhos (55%) e 1.144 moradoras do DF. Entre as cidades que mais recorrem a essas duas unidades estão Valparaíso de Goiás (1.024), Luziânia (886), Novo Gama (793) e Cidade Ocidental (446).

Para o secretário de Saúde,

Hospital de Base supera recorde e realiza 1.332 cirurgias em setembro

Em setembro, pela terceira vez, o Centro Cirúrgico do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) bateu o recorde de cirurgias realizadas em um único mês. A primeira marca foi registrada em maio, com 1.294 procedimentos; em julho, o número foi superado, chegando a 1.326 operações. Em setembro, foram realizadas 1.332 cirurgias, com 100% das programadas cumpridas, o que representa uma média diária de 44 cirurgias.

Entre os tipos mais realizados estão oftalmologia, com 288 procedimentos, seguida de ortopedia e traumatologia, com 259, e urologia, com 139. Entre janeiro e setembro deste ano, o centro cirúrgico realizou 11.455 procedimentos, 1.036 a mais que no mesmo período de 2024, quando foram feitas 10.419 cirurgias.

Segundo a coordenadora do centro cirúrgico, Nadja Corrêa Graça, o aumento no número de cirurgias começou a ser percebido após a implementação do Projeto Lean, em 2023. O

Juracy Cavalcante, esses números mostram a importância da rede pública de saúde não apenas para os brasilienses, mas também para famílias do Entorno. “É um desafio grande, mas que reforça o papel do DF como referência em atendimento especializado e humanizado. Estamos investindo em estrutura, tecnologia e profissionais para garantir que cada mãe e cada bebê tenham a assistência necessária”, revela.

Lean é uma metodologia de gestão que busca reduzir desperdícios e aumentar a eficiência, garantindo que processos, como a agenda de cirurgias, funcionem de forma ágil e segura.

Entre as medidas adotadas estão a melhor utilização das 16 salas cirúrgicas e o monitoramento rigoroso de indicadores, como o cumprimento do horário de início das cirurgias, programadas entre 7h e 7h30, e a taxa de cancelamentos.

“O Lean trouxe otimização para não deixarmos salas de cirurgias paradas. Ele foi fundamental, mas, além dele, também tivemos a participação da enfermagem, da equipe de limpeza e dos anestesiologistas. Foi realmente a comunicação entre as equipes que contribuiu para esse resultado”, explica Nadja.

O atendimento do centro cirúrgico do HBDF não se limita apenas à população do Distrito Federal. “É um hospital público que é para a comunidade. Indiferente de onde seja, de qual estado, de qual cidade, não há preferência”, explica Yeira.

‘A Última Ponta’: Planet Hemp realiza último show da banda em Brasília

A turnê de despedida “A Última Ponta”, com ingressos disponíveis em eventim.com.br/planethemp, revisita mais de trinta anos de uma trajetória que uniu música, resistência, contestação e uma identidade cultural única.

Mais do que encerrar um ciclo, o show celebra o impacto de uma banda que atravessou gerações, ampliou debates sobre li-

berdade de expressão e se tornou referência na cena musical brasileira, unindo ritmos e debates que marcaram época.

Com mais de três décadas de carreira, a turnê “A Última Ponta” revisita todas as fases do Planet Hemp, incluindo faixas do mais recente JARDINEIROS (2022), disco vencedor de dois GRAMMY Latino — Melhor Álbum de Rock ou Música Alternativa em

Língua Portuguesa e Melhor Interpretação Urbana em Língua Portuguesa, com a faixa “DISTOPIA”, parceria com Criolo.

O título da turnê surgiu do verso “Eu continuo queimando tudo até a última ponta”, da faixa “Queimando Tudo” (Os Cães Ladram Mas a Caravana Não Pára, 1997). A frase, criada durante uma conversa entre Marcelo D2 e Marcelo Yuka (O Rappa) nos anos 1990, transcendeu a música para se tornar um lema de resistência, comunidade e afirmação política que acompanha a história do Planet Hemp.



A banda Planet Hemp fará seu último encontro com o público do Distrito Federal